

BRASIL-POTÊNCIA: O PROJETO QUE DEU CERTO.

CERQUEIRA, David Brito de¹

BR 116 - Km3 – UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana – BA, Brasil

¹pensa.geo@bol.com.br (75) 625-5195.

Palavras-chave: Modernização Conservadora, Unidade Territorial e Projeto Geo-Político.
Área do Conhecimento: VII – Ciências Humanas

A nossa proposta é discutir a diferenciação/incorporação do Território Nacional Brasileiro na economia mundo através do Projeto Brasil-Potência. Tal diferenciação/incorporação tem como condição a manutenção, legitimação e ampliação do *status quo* do poder do Estado, considerado como viabilizador deste projeto Geo-Político. A abordagem desta temática será feita a partir da análise da construção da unidade territorial brasileira, posto que, é através da mesma que este projeto geopolítico estabelece suas bases através da modernização conservadora.

Discutiremos esta questão a partir das reflexões de Becker & Egler (1992), que situam o Brasil como uma potência ambivalente emergente. A ambivalência se confere na formação de espaços desiguais, quanto se tem um Centro-Sul dinâmico, o Nordeste enquanto “região problema” e a Amazônia como “fronteira de recursos”. Os autores desenvolvem a questão com base na Geografia Crítica, colocando o elemento econômico como fundamental para a análise.

Preâmbulo da Unidade Territorial

A análise da construção da unidade territorial brasileira requer antes, o resgate de alguns aspectos da formação sócio-espacial brasileira, visto que a mesma, é processo histórico e tem como rebatimento a conservação da estrutura sócio-econômica e política do Brasil.

Desde suas raízes, a estrutura sócio-espacial e econômica brasileira esteve voltada para fora e a atender aos interesses dos grupos hegemônicos internacionais. Isto se verifica quando da observância dos ciclos econômicos brasileiros, e a conjuntura global dos períodos concernentes a cada um deles, uma vez que, todos foram reflexo das necessidades de seu explorador, a Coroa Portuguesa.

Tomando o ciclo do ouro como exemplo, observa-se no território brasileiro a nítida presença das ações estratégicas da Coroa Portuguesa. Nota-se que, no momento de ascensão, ao nível nacional, da mineração aurífera em Minas Gerais o Nordeste, outrora centro econômico, quando da economia nacional estruturada na *plantation* de cana-de-açúcar, e político quando Salvador torna-se a capital do país (século XIX), sofre uma certa desvalorização frente à região das minas.

Tal desvalorização é conseqüências de ações como o controle do território brasileiro através do comando das vias de acesso, visando evitar o contrabando do ouro, a fiscalização do fluxo de mercadorias, a proibição do comércio entre a colônia e os estrangeiros não portugueses e principalmente a suspensão do tradicional pacto territorial Metrôpole-Local pelo Metrôpole-Governo da Província.

O pacto Metrôpole-Local, consistia na não fiscalização, por parte da Coroa Portuguesa, das ações políticas dos núcleos urbanos brasileiros localizados mais ao interior do

território em troca da ocupação real do espaço que compunha o Brasil colonial. Este “acordo” político, permitiu o crescimento do núcleo urbanos no Brasil e a ascensão do poder das elites locais através das câmaras e dos “coronéis” destas unidades, onde este último muitas vezes, acumulava as funções de legislador, sentenciador e carrascos do lugar. Toda via, com esta “autonomia”, surge também um outro aspecto, menos apreciado pela Coroa, que é a elevação do poder político destas unidades, o que descentralizava o poder da metrópole.

O caminho para escapar a esta descentralização consistia na ruptura do pacto Metrópole-Local. Para tanto a Coroa estabelece o pacto Metrópole-Governo da Província, fortalecendo o “Governo” da província em detrimento ao local, ou seja gerando o controle regional do lugar.

Este pacto político-colonial, além de aumentar o poder da elite aurífera em detrimento da açucareira, dado a crise do açúcar aliado a ascensão da mineração, e impor ao Nordeste uma crise econômica, já que a região era a principal produtora do açúcar brasileiro, é base do federalismo e da estrutura sócio-econômica brasileira.

Nota-se que, tanto na plantation quanto na mineração, o olhar da economia brasileira estava voltado para fora, e que o Brasil sempre possuiu uma estrutura sócio-econômica conservadora baseada no elitismo de classes, ora açucareira ora aurífera, ora regional ora local.

Esta conjuntura fomentou a fragmentação do território brasileiro e constituiu um atraso para a conformação da unidade territorial brasileira.

Este aspecto pode ser observado ainda, mais de um século depois, nas primeiras tentativas de industrialização com objetivo de romper com a estrutura agro-exportadora e extrativa mineral, no período pós 1ª Guerra Mundial, implementando a política de substituição de importação na tentativa de tornar-se um país urbano-industrial através da produção de bens de consumo. Bem como no período pós 1ª Guerra Mundial, no pós 2ª Guerra, a política se repete tendo como alicerce a indústria de base e bens de consumo duráveis. Este fato vai ser aprofundado em

1964, mesmo com o vetor científico-tecnológico.

Para implementar a política de substituição de importações, o Estado adotou algumas medidas indispensáveis: a ocupação do Território e o controle técnico e político do Espaço Nacional através do modelo tripé (BECKER & EGLER 1998).

Brasil-Potência: conservação da estrutura de poder e a construção da unidade territorial.

Para promover a manutenção da estrutura de poder e transformar o Brasil numa potência Regional foi necessário implementar a ocupação sistemática, objetivando o crescimento econômico – aumento da renda real a longo prazo – e unidade do território brasileiro.

O crescimento econômico, implementado ideologicamente através da confusão proposital com o desenvolvimento econômico, que consiste no Crescimento econômico acompanhado pela elevação da qualidade de vida, tinha como escopo justificar as políticas repressoras de um regime autoritário, que vislumbrava no Brasil uma tendência crescente de voltar-se para um regime socialista presente em vários países na conjuntura global da época.

A saída para reprimir esta tendência encontrava-se na unidade territorial. Esta, fora implementada através da demonstração de poder com construções imponentes em pontos estratégicos do espaço brasileiro (Figura 1), o que imprimiu no território



Figura 1: Distribuição das edificações estatais no território brasileiro

nacional o poder tecnológico alcançado pelo projeto Brasil-potência e da criação das superintendências regionais, a exemplo da Superintendência Para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE -, Superintendência Para o Desenvolvimento do Amazonas – SUDAN - e a Superintendência Para o Desenvolvimento do Maranhão – SUFRAMA. Neste contexto, o Modelo Tripé que une o capital estrangeiro, o capital estatal e o capital nacional numa máquina capaz de exercer o controle técnico e político do Espaço Nacional, torna-se evidente, e pode ser constatado no acirramento das especificidades regionais entre o Nordeste e o Centro-Sul. A velocidade de informação, a rapidez das relações entre fluxos e fixos, estabelece uma configuração do território brasileiro em três grandes complexos:

1. O Centro-Sul, que constitui a “*core área*” econômica e política do Estado Nação, onde se verifica uma nítida divisão territorial do trabalho, originando áreas especializadas ou com forte tendência a especialização produtiva, com maior concentração industrial, conseqüentemente, de maior concentração de capital.
2. O Nordeste – região periférica – apresenta-se com pequeno grau de articulação interna onde se verifica uma área de perdas econômicas, demográficas (mercado consumidor) e do poder político. As perdas efetivas de um espaço organizado de modo a voltar-se para fora, ratificam o pequeno grau de articulação interno. Esta Região caracteriza-se pela divisão intra-regional do trabalho, e isto, aliado à forte integração-dependente ao Centro-Sul, faz com que as principais vias sejam direcionadas para a “*core área*” do país inclusive o fluxo demográfico (Corrêa, 1997).
3. A Amazônia, apresentando-se como “*fronteira do capital*”.

Tal configuração, para Oliveira (1977), retrata a dependência existente entre as regiões periféricas e a *core área*. Esta dependência, que amplia as especificidades regionais através da criação de espaços desiguais e articulados, foi implementada

através do modelo tripé, fortalecendo a unidade territorial e impondo o controle técnico-político, uma vez que, controlar a produção inter-regional articulada é garantir a definição do quando, como e para onde serão destinados o capital, interno e externo, em prol da manutenção do poder. Nessa conjuntura o Nordeste apresentou-se pouco atrativo para o capital internacional, conseqüentemente, permaneceu como periferia deprimida. Suas relações intra-regionais eram mais significativas que as inter-regionais o que retardou seu desenvolvimento econômico (Carvalho, 1985 *in*: Becker & Egler, 1992). Todavia, nela encontravam-se indústrias isoladas que centralizavam a acumulação interna do capital e mantinha a elite no poder.

Considerações Finais

Parece contraditório, e é, um projeto que moderniza um país colocando-o como potência regional na América Latina e implementa uma política marginalizadora. Este fato se explica quando pensamos o projeto Brasil-Potência atrelado ao conceito de modernização conservadora, aqui entendido como o processo de mudança econômica, social e política pelo qual são superadas estruturas tradicionais dando assim uma nova roupagem ao poder vigente. (Becker & Egler, 1998)

O projeto Brasil-potência, como expomos anteriormente, foi idealizado para elevar o Brasil à condição de potência regional na América Latina, e este objetivo foi alcançado. Notoriamente, observamos que o país encontra-se, no que tange ao vetor técnico-científico, na posição de potência no contexto latino, contudo, ele não foi fundamentado no desenvolvimento econômico, e sim no crescimento econômico, o que aumentou o antagonismo entre os detentores dos meios de produção e desposuídos dos meios de produção, ou seja: as políticas de legitimação e ampliação do *status quo* do poder do Estado, ou a modernização conservadora. O Brasil, desde sua origem, “é um rico país de pobres” (Becker & Egler, p 22). Um aspecto dominante da sociedade brasileira é a maneira violenta e excludente com que os benefícios resultantes do dinamismo econômico são apropriados: conseqüência

da maneira como se deu a expansão da monopolização do capital no país (Oliveira, 1977). Esta expansão, que por natureza é antagonica, promove o desequilíbrio entre detentores dos meios de produção e despossuídos dos meios de produção, isto é, entre “ricos” e “pobres” entre a modernização tecnológica e a modernização da pobreza.

Romper com estas políticas reprodutoras das classes hegemônicas é romper com a estrutura oligárquica construída historicamente. Neste sentido, a geografia possui um papel fundamental na transformação sócio-espacial brasileira: cabe ao geógrafo, atuar contundentemente para desmistificar todo este aparato ideológico, constituído para impor a miséria e a fome à sociedade brasileira. Assim, este artigo não tem, nem poderia ter, um fim em si mesmo, antes, é apenas uma contribuição para ampliar esta discussão na esfera acadêmica.

Agradecimentos:

Em primeiro lugar a **Deus**, pela permissão e capacitação para escrever este artigo;

Aos colegas do semestre 2000.1 pelas discussões realizadas em sala de aula, onde repartimos muitas reflexões;

E a Ms. Nacelice Barbosa Freitas. Professora da disciplina Geografia do Nordeste da Universidade Estadual de Feira de Santana. A esta, um Abraço Bem Apertado.

BIBLIOGRAFIA

BECKER, B. K. & EGLER, C. A. G. **Brasil: Uma nova potência regional na economia mundo**. 3ª ed. Bertrand Brasil. RJ. 1998

CÔRREA, R. L. **Trajétórias Geográficas**. Bertrand Brasil. RJ. 1997

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 15ª ed. SP. 1959

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes**. 3ª ed. Paz e Terra. RJ. 1977